

Questões de Conhecimento Específico

01. Diego e Ana, colegas do curso de Direito da Universidade Delta Gama, estavam em uma tarde de estudos na biblioteca quando surgiu uma dúvida em relação ao conceito de Direito Administrativo. Ambos tiveram aula sobre o tema no semestre anterior e não se recordavam ao certo qual seria o conceito adequado. Diego resolveu pegar um livro na biblioteca para sanar a dúvida de ambos. Em relação à situação narrada, assinale a alternativa que traz de forma adequada o conceito de direito administrativo.

- A) O Direito Administrativo pode ser entendido como o ramo do direito privado que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram qualquer setor de administração pública ou privada.
- B) O Direito Administrativo pode ser entendido como o ramo do direito público que tem por objeto os gerentes administrativos de grandes empresas e instituições financeiras, a atividade jurídica não contenciosa que exercem e os bens e meios de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza privada.
- C) O Direito Administrativo pode ser entendido como o ramo do direito privado que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica contenciosa que exerce e os bens e meios de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza privada.
- D) O Direito Administrativo pode ser entendido como o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens e meios de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

02. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - A concessão de serviço público constitui ato unilateral, discricionário e precário pelo qual o poder público delega a execução de um serviço público de sua titularidade, para que o particular o execute predominantemente em seu próprio benefício. Exemplo típico é o da autorização dos serviços de energia elétrica;

II - A permissão de serviço público é, tradicionalmente, considerada ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público transfere a outrem a execução de um serviço público, para que o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário;

III - A autorização de serviço público não depende de licitação;

IV - A autorização de serviço público consiste no contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, assegurando-lhe remuneração mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço;

V - Uma das diferenças entre concessão e permissão está na forma de constituição, pois a concessão decorre de acordo de vontades e, a permissão, de ato unilateral.

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens II, III e V estão corretos.
- B) Apenas os itens I, II e V estão corretos.
- C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.

03. Caio e Mévio, durante os estudos para a prova de Direito Constitucional, tiveram opiniões divergentes em relação ao Poder Constituinte Originário e suas formas de expressão. Caio sustentava que uma das formas de expressão do Poder Constituinte era a outorga, que consiste no estabelecimento da Constituição por declaração unilateral do agente revolucionário, que autolimita seu poder. Por outro lado, Mévio argumentou que tal forma de expressão de declaração unilateral consistia na forma de expressão denominada assembleia nacional constituinte. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- A) Caio está correto, pois a assembleia nacional constituinte é o estabelecimento da Constituição por declaração unilateral do agente revolucionário, que autolimita seu poder, enquanto que a outorga, também denominada convenção, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário, para estabelecer o texto organizatório e limitativo de Poder.
- B) Mévio está correto, pois a assembleia nacional constituinte é o estabelecimento da Constituição por declaração unilateral do agente revolucionário, que autolimita seu poder, enquanto que a outorga, também denominada convenção, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário, para estabelecer o texto organizatório e limitativo de Poder.
- C) Caio está correto, pois a outorga é o estabelecimento da Constituição por declaração unilateral do agente revolucionário, que autolimita seu poder, enquanto que a assembleia nacional constituinte, também denominada convenção, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário, para estabelecer o texto organizatório e limitativo de Poder.
- D) Mévio está correto, pois a outorga é o estabelecimento da Constituição por declaração unilateral do agente revolucionário, que autolimita seu poder, enquanto que a assembleia nacional constituinte, também denominada convenção, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário, para estabelecer o texto organizatório e limitativo de Poder.

04. O Poder Judiciário é um dos três poderes clássicos previstos pela doutrina e consagrado como poder autônomo e independente de importância crescente no Estado de Direito, sua função não consiste somente em administrar a Justiça, sendo mais, pois seu mister é ser o verdadeiro guardião da Constituição, com a finalidade de preservar, basicamente, os princípios da legalidade e igualdade, sem os quais os demais tornar-se-iam vazios. Esta concepção resultou da consolidação de grandes princípios de organização política, incorporados pelas necessidades jurídicas na solução de conflitos. Assinale a alternativa incorreta em relação ao Poder Judiciário:

- A) São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais e os Juízes Federais, o Tribunal de Contas da União, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes Estaduais.
- B) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- C) Os juízes gozam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- D) Compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes,

dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

05. A Constituição Federal estabelece os princípios gerais do sistema tributário nacional e determina que sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. De acordo com a Constituição, a disposição sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deve ser feita por:

- A) Lei ordinária.
- B) Resolução.
- C) Emenda à Constituição.
- D) Lei Complementar.

06. De acordo com o Código Tributário Nacional, os empréstimos compulsórios são tributos que podem ser instituídos:

- A) Pela União e pelo Distrito Federal, nos seguintes casos excepcionais: guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- B) Somente pela União, nos seguintes casos excepcionais: guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- C) Pelos Estados e pela União, nos seguintes casos excepcionais: guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- D) Somente pelos Estados, nos seguintes casos excepcionais: guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

07. Julgue os itens a seguir sobre a capacidade processual de acordo com o Código de Processo Civil:

I - O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;

II - Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz julgará extinto o processo sem julgamento de mérito;

III - O incapaz tem capacidade para estar em juízo independente de assistência ou representação;

IV - Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de composses ou de ato por ambos praticados.

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- B) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- D) Apenas os itens I e II estão corretos.

08. Sobre o recurso de Agravo de Instrumento, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

- A) O agravo de instrumento deve ser interposto no prazo de quinze dias úteis da data de publicação da decisão agravada, e não é admitida a interposição via transmissão de dados tipo fac-simile.

- B) O recurso de agravo de instrumento desafia sentença e deve ser interposto no prazo de dez dias úteis, contados da data de disponibilização da decisão.
- C) O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo de origem, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
- D) Não cabe em nenhuma hipótese agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

09. A Lei nº 9.796/99 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. De acordo com a referida Lei assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se regime instituidor o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.
- B) Os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios só serão considerados regimes de origem quando o Regime Geral de Previdência Social for o regime instituidor.
- C) Considera-se regime de origem o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
- D) O Regime Geral de Previdência Social, como regime instituidor, não tem direito de receber compensação financeira de nenhum regime de origem.

10. A Constituição Federal estabelece que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. São objetivos base, por meio dos quais compete ao Poder Público organizar a seguridade social, exceto:

- A) Diversidade da base de financiamento.
- B) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- C) Redutibilidade do valor dos benefícios.
- D) Universalidade da cobertura e do atendimento.

Questões de Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de nº 11 a nº 15 dizem respeito ao Texto. Leia-o atentamente antes de respondê-las.

(TEXTO)**Por que a versão atípica da doença é tão perigosa**

1 Costumamos pensar que um sorriso é indicativo de felicidade, certo? Há pessoas, entretanto, que são capazes de sorrir, viver momentos alegres e, ainda assim, nutrir sentimentos suicidas. São aquelas

5 afetadas pelo que se conhece popularmente como "depressão sorridente" – o termo clínico, na verdade, é depressão atípica, como explica Olivia Remes, especialista em ansiedade e depressão da Universidade de Cambridge em um artigo no portal

10 "The Conversation". Remes explica que é difícil identificar aqueles que sofrem da doença exatamente porque os sintomas são frequentemente mascarados por falsas demonstrações de felicidade e porque, muitas

15 vezes, são pessoas sem motivo aparente para estarem deprimidas: têm um trabalho, uma casa, amigos e até cônjuge e filhos.

(Fonte adaptada: <https://g1.globo.com>> acesso em 26 de fevereiro de 2019)

11. Há erro de concordância no seguinte trecho retirado do Texto:

- A) "Costumamos pensar que um sorriso é indicativo de felicidade, certo?" (linhas 1 e 2)
- B) "Há pessoas, entretanto, que são capazes de sorrir, viver momentos alegres e, ainda assim, nutrir sentimentos suicidas." (linhas 2 a 4)
- C) "São aquelas afetadas pelo que se conhece popularmente como "depressão sorridente" – [...]" (linhas 4 a 6)
- D) "Remes explica que é difícil identificar aqueles que sofrem da doença..." (linhas 10 e 11)

12. A palavra "cônjuge" (linha 17) é acentuada pela mesma regra da palavra:

- A) "Há" (linha 2)
- B) "clínico" (linha 6)
- C) "difícil" (linha 10)
- D) "têm" (linha 16)

13. No contexto em que está inserido, o verbo "têm" possui a seguinte regência:

- A) Verbo intransitivo.
- B) Verbo transitivo direto.
- C) Verbo transitivo indireto.
- D) Verbo transitivo direto e indireto.

14. Sobre o emprego no Texto do acento grave indicador de crase, assinale a alternativa correta:

- A) A crase não foi empregada (acarretando erro) em uma situação do Texto.
- B) A crase não foi empregada (acarretando erro) em duas situações do Texto.
- C) A crase não foi empregada (acarretando erro) em três situações do Texto.
- D) Não há nenhuma situação no Texto em que a crase deveria ter sido empregada.

15. As vírgulas que isolam a expressão “entretanto” (linha 2) foram empregadas para:
- A) Isolar uma conjunção adversativa.
 - B) Isolar o vocativo.
 - C) Isolar uma oração coordenada.
 - D) Isolar um elemento de valor meramente explicativo.

Questões de Conhecimentos Gerais

16. De acordo com a Lei Orgânica de São Miguel do Oeste – SC, assinale a alternativa incorreta:
- A) Ao Prefeito, como chefe da administração compete dar cumprimento das deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.
 - B) O Prefeito não será julgado, pela prática de crimes de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - C) Os secretários ou diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.
 - D) Os auxiliares diretos do Prefeito apresentarão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, que constará dos arquivos da Prefeitura.

17. Segundo a Lei Orgânica de São Miguel do Oeste – SC, são de competência do Município os impostos sobre:

I - Propriedade predial e territorial urbana;

II - Transmissão inter vivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.

18. Com base na notícia a seguir e utilizando seus conhecimentos sobre o assunto, analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

“A fabricante de automóveis multinacional _____ anuncia fechamento de fábrica de São Bernardo e saída do mercado de caminhões da América do Sul.”

(Fonte adaptada: g1.globo.com >acesso em 21 de fevereiro de 2019)

- A) General Motors.
- B) Volkswagen.
- C) Fiat.
- D) Ford.

19. *Turistas brasileiros retidos na Venezuela atravessam fronteira e retornam após negociação. Negociação foi intermediada pelo Itamaraty.*

(Fonte adaptada: g1.globo.com >acesso em 25 de fevereiro de 2019)

Em relação ao Itamaraty, analise:

I - É o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, nos planos bilateral, regional e multilateral;

II - O Itamaraty assessora o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais;

III - Organiza as visitas oficiais ao Brasil de Chefes de Estado e de Governo e demais altas autoridades estrangeiras, bem como prepara e operacionaliza as visitas do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores a outros países.

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.

20. São atitudes corretas para prevenção de incêndio no ambiente de trabalho, exceto:

- A) Deixe produtos inflamáveis em locais onde não haja fonte de calor.
- B) Fique atento os locais certos e permitidos para fumar.
- C) Conserve sempre as caixas de incêndios em perfeitas condições de uso e somente as utilize em caso de incêndio.
- D) Procure sobrecarregar as tomadas para que haja curto-circuito.